

As intertextualidades explícita e implícita no discurso político

José Elderson de Souza Santos*

Resumo: Objetivamos analisar como a intertextualidade explícita e a intertextualidade implícita (Koch, 2008, 2009 e 2012) encontram-se presentes na construção do discurso político. Temos como base, além dos conceitos pensados por Koch, os estudos de Genette (2010) e a sistematização do conceito proposto por Nobre (2014). A metodologia consiste na análise de discursos de posse e de discursos produzidos na ONU pelos quatro últimos presidentes brasileiros. Os resultados indicaram a necessidade de observar a intertextualidade a partir do gênero textual em que está inserida. Constatamos ainda que, no discurso político, necessita-se de maiores investigações quanto às funções indicadas por Koch.

Palavras-chave: Intertextualidade explícita e implícita; Discurso político.

Abstract: Our aim was to assess how the explicit intertextuality and implicit intertextuality (KOCH, 2008; 2009; 2012) are present in the construction of political discourse. We ground-based our study not only on the concepts designed by Koch, but also on the studies of Genette (2010) and we took into account the systematization of the concept proposed by Nobre (2014). The methodology consisted in analyzing of presidents' first speeches and others delivered at ONU by the four last Brazilians presidents. Results indicated the need to observe the intertextuality from the genre in which it operates. We also acknowledge that, in the political discourse, one needs further investigation as to the functions indicated by Koch.

Key-works: Explicit and implicit intertextuality; Political discourse.

* Licenciando em Letras – Língua Portuguesa da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Bolsista de Iniciação Científica e Tecnológica (BICT)/FUNCAP do projeto: “Intertextualidade e Carnavalização: Convergências Funcionais” (2015 - 2016). Orientador: Prof. Dr. Kennedy Cabral Nobre. E-mail: eldersonsantos@hotmail.com.

1. Introdução

Pesquisas com foco nos entrelaçamentos textuais e discursivos têm sido cada vez mais frequentes nas Letras, em especial, na linguística textual. Dentre as várias possibilidades de entrelaçamentos, debruçamo-nos aqui sobre a intertextualidade, objeto de análise que, a partir de sua primeira conceitualização, passou por diversas transformações, relativas tanto às suas caracterizações, quanto ao campo de estudos em que é analisado.

Após ser pensado por Kristeva (1974), o conceito referente ao termo intertextualidade foi refinado diversas vezes, sendo abordado, inicialmente, pela crítica literária e, mais recentemente, pela linguística de texto. Dentre os pesquisadores que se dedicaram a estudar a intertextualidade, destacamos Genette (2010), Piègay-Gros (2010), Koch (2008, 2009 e 2012), com uma abordagem bastante próxima a de Riffaterre (1979), Cavalcante (2008 e 2012) e Nobre (2014).

A presente pesquisa visa investigar como a intertextualidade pode ser observada de forma explícita e implícita no discurso político e como o uso de tais formas intertextuais em tal tipo de discurso divergem da aplicação dessas (no modelo pensado por Koch e refinado por Nobre) em outras formas discursivas. Desse modo, nos apropriaremos dos estudos de Koch, que nos apresenta a intertextualidade explícita e implícita, observando usos específicos desses tipos de intertextualidade.

Para esta análise, mapeamos discursos produzidos pelos quatro últimos presidentes da república do Brasil – Itamar Franco, FHC, Lula e Dilma – com o intuito de averiguar o uso da intertextualidade. Podemos constatar, a partir da hipótese de que o uso da intertextualidade implícita é mais recorrente em discursos produzidos para a “massa” e que o uso da intertextualidade explícita é mais recorrente em discursos produzidos para seus “pares”, que, quanto ao uso da intertextualidade, os discursos políticos são adequados de acordo com o público, a fim de propiciar ao sujeito do discurso distanciamento ou apropriação do intertexto utilizado.

Para além de tais observações, tecemos ponderações ainda sobre qual a diferença do uso da intertextualidade no discurso político para demais discursos. Assim, teorizamos que a recuperação da fonte pelo leitor/ouvinte, quando utilizada a intertextualidade implícita, é, possivelmente, mais ne-

cessária ou menos necessária a depender do tipo de gênero discursivo, bem como podemos afirmar ainda que essa necessidade pode se alterar a depender do diálogo entre os tipos de textos/discursos.

2. Sobre o parâmetro referencial da intertextualidade: implicitude e explicitude

Ao longo dos estudos, a intertextualidade foi abordada por diversos autores de áreas diversificadas (literatura, linguística textual e análise do discurso). Além da diversidade de abordagem, é recorrente que estudiosos e não estudiosos da área confundam tal objeto de análise com outros, também estudados na literatura, na linguística de texto e na análise do discurso. De acordo com Nobre (2014), tal “confusão” nos faz questionar:

[...] se estamos efetivamente diante de diferentes vieses de um mesmo fenômeno ou se se tratam de fenômenos distintos que, embora semelhantes, acabam por receber o mesmo rótulo, por falta de alternativa, por falta de criatividade ou mesmo por falta de discernimento de quem os rotula. (p. 8).

Assim, entender a diversidade de estudos que rodeiam tal conceito se faz necessário para que equívocos não sejam repetidos.

O termo “intertextualidade” foi usado pela primeira vez por Kristeva (1979) ao buscar explicar a composição natural dos textos que se constituem como uma colcha de retalhos, possuindo sempre a presença de outros textos em si. Tal abordagem, que toma de forma ampla o conceito de intertextualidade, encontra origem nos estudos de Bakhtin (1978), na literatura, quando este autor trata do conceito de *dialogismo*. Kristeva afirmou, pois, que “o termo intertextualidade designa esta transposição de um (ou vários) sistema(s) de signos em um outro [...]” (KRISTEVA, 1978, *apud* SAMOYAUULT, 2008, p. 17), e destacou ainda que [...] todo texto se constrói como um mosaico de citações, todo texto é a absorção e transformação de um outro texto.” (KRISTEVA, 1978, *apud* SAMOYAUULT, 2008, p. 16).

Diferentemente da concepção de Kristeva, Genette (2010) apresenta uma sistematização dos entrelaçamentos intertextuais, o que atribuiu ao conceito

mais consistência e contribuiu para um uso menos ampliado da definição de intertextualidade. Genette confirmou que a inserção de textos em outros existe e é recorrente, entretanto defende de forma mais precisa que não podemos definir todas essas inserções como intertextualidade, apesar de a intertextualidade ter estreita relação e dialogar com as demais formas de inserções. Tendo em vista essa formalização do conceito, entendemos, juntamente com o autor, que intertextualidade é “[...] uma relação de co-presença de dois ou vários textos, isto é, essencialmente, e o mais frequentemente, como presença efetiva de um texto em um outro.” (GENETTE, 2010, p. 12).

Nobre (2014), por sua vez, cruzou os estudos que se centram na intertextualidade, confrontando as definições e as abordagens a fim de sistematizar o conceito que ainda se encontra disperso. De acordo com o autor, devemos analisar as relações intertextuais considerando texto como *produto*, e não como *processo*, à revelia das concepções mais atuais de texto e textualidade. Tal decisão é justificada a fim de que se possa, nas análises empreendidas, amparar-se em substância concreta, isto é, em material textual efetivamente produzido, de modo a discernir de intertextualidade fenômenos mais imanentes, como a interdiscursividade, a heterogeneidade, a polifonia e o dialogismo, os quais são conceitos mais amplos, constitutivos à enunciação, e que, portanto, transcendem em muito o fenômeno intertextual, este circunscrito à materialidade textual¹. O autor também advoga que a multiplicidade de visões e classificações reside no fato de existirem perspectivas distintas por meio dos quais é possível considerar as relações intertextuais. Primeiramente, Nobre (2014, p. 9) constatou então que,

[...] de um viés **constitucional**, há duas formas mais gerais de estabelecerem-se relações intertextuais: (1) uma mais canônica, em que *um texto específico* (ou mais) é evocado por outro por meio de estratégias pontuais de textualização; e (2) outra, mais ampla, que é assegurada por um traço comum a um *conjunto de textos*, o qual é abstraído na produção de um texto específico. (Grifos do autor).

1 Fenômenos como dialogismo e interdiscursividade são inerentes à atividade enunciativa, portanto constitutivos a qualquer evento comunicativo. Dizem respeito à relação factível, quer mais imediata, quer menos imediata, entre todos os enunciados já produzidos e por produzir. *Polifonia e heterogeneidade* dizem respeito às vozes distintas que se fazem perceber na enunciação. Vozes estas que podem ser, de fato, intertextuais, mas que não se restringem a estes casos: fenômenos eminentemente semânticos, como implícitos, são, por exemplo, ativadores de recursos polifônicos.

Além da (re)conceitualização de intertextualidade, os autores que a abordaram trataram de definir ainda as formas com que a intertextualidade é (ou pode ser) utilizada. Dentre esses autores, destacamos aqui Koch (2012), que afirma que a intertextualidade se encontra em textos de forma explícita e de forma implícita. A forma explícita encontra-se presente quando se é *explicitada* a fonte do intertexto²:

A intertextualidade será explícita quando, no próprio texto, é feita a menção da fonte do intertexto, como acontece nas citações, referências, menções resumos, resenhas e traduções, na argumentação por recurso à autoridade, em como, em se tratando de situações face a face, nas retomadas do texto do parceiro, para encadear sobre ele ou contraditá-lo. (KOCH, 2009, p.146).

A forma explícita da intertextualidade é bastante recorrente em várias instâncias discursivas, tais como a acadêmica, a jornalística e a jurídica, uma vez que nestes domínios discursivos há necessidade de indicar a autoria do que é dito. Todavia, a depender do gênero discursivo ou da esfera de comunicação, nem sempre há obrigatoriedade na demarcação da autoria, como ocorre nas artes em geral e na publicidade, por exemplo. Por essa razão, Koch (2012) distingue, ainda, a forma implícita, que se encontra presente quando a fonte do intertexto não é apresentada, a autora esclarece que “A *intertextualidade implícita* ocorre sem citação expressa da fonte, cabendo ao interlocutor recuperá-la na memória para construir o sentido do texto, como nas alusões, na paródia, em certos tipos de paráfrases e ironias.” (KOCH, 2012, p. 92, **grifo da autora**).

Como podemos perceber, a intertextualidade implícita centra-se na necessidade do leitor/ouvinte recuperar a fonte do intertexto na memória. Caso isso não ocorra, de acordo com a autora, “[...] grande parte ou mesmo toda a construção do sentido fica prejudicada.” (KOCH, 2012, p. 92). Koch afirma ainda que:

Desse modo, nas produções textuais por esse tipo de intertextualidade,

2 Intertexto é entendido como o fragmento de um texto reproduzido, adaptado ou mencionado em outro texto.

o autor não apresenta a fonte, porque pressupõe que já faça parte do conhecimento textual do leitor. Então para a produção de sentido, o leitor deve estabelecer o 'diálogo' proposto entre os textos e a razão da recorrência implícita a outro(s) texto(s). (KOCH, 2012, p. 93. Grifos da autora).

Dessa forma, Koch afirma que, quando a intertextualidade implícita é utilizada, é papel do leitor/ouvinte recuperar as fontes na memória e que o autor utiliza tal forma esperando que o leitor/ouvinte faça o diálogo entre o intertexto e sua fonte. A concepção de Koch apresenta certa limitação, visto que a autora, de forma semelhante a Riffaterre (1979), que define o intertexto como "a percepção, pelo leitor de relações entre uma obra e outras que precederam ou a seguiram" (RIFFATERRE, 1979, p.9 *apud* SAMOYAUULT, 2008, p. 28), tende a centrar a recuperação do intertexto na percepção do leitor/ouvinte, minimizando o papel das evidências materiais deixadas pelo produtor quando da utilização de recursos intertextuais.

Tendo em vista as questões aqui apontadas, questionamos se a centralização, apontada por Koch, na percepção do intertexto pelo leitor é realmente tão rigorosa quanto a autora afirma ser. Consideramos ainda ser necessário destacar o intuito do locutor/produtor em tornar mais ou menos implícita a fonte do intertexto em conformidade com a instância discursiva em que os textos são produzidos. Em outras palavras, a produção textual/discursiva é bastante abrangente, devendo ser levada em conta as variadas possibilidades de textos/discursos a serem utilizados (discurso publicitário, humorístico/carnavalizado, parodístico, literário-musical, chágico, político, entre outros). Essa multiplicidade de domínios discursivos faz com que consideremos ainda que essa necessidade de recuperação da fonte pelo leitor/ouvinte ocorra através de nuances, podendo ser mais necessária ou menos necessária a depender do tipo de discurso e do propósito do produtor.

Tendo como ponto de partida tais considerações, elencamos algumas perguntas que nos servirão de norte ao longo do artigo: como se comporta o grau de implicitude $\times$ explicitude em discursos variados? Quão necessária é a recuperação da fonte pelo leitor/ouvinte quanto a intertextualidade implícita utilizada no discurso político para uma adequada compreensão dos sentidos dos textos? Até que ponto os produtores de tais discursos (po-

líticos) se utilizam da intertextualidade implícita esperando que os leitores/ouvintes recuperem as fontes? Quais as diferenças quanto à necessidade da recuperação da fonte pelo leitor/ouvinte para a interpretação do discurso político, para outros tipos de discurso? São questões que buscaremos responder a seguir.

3. Implicitude e explicitude das relações intertextuais: algumas questões

Conforme Cavalcante (2012, p. 146), “os processos intertextuais podem apresentar-se em qualquer gênero, dentro de qualquer domínio discursivo”. Isso implica dizer que, a depender da instância discursiva em evidência, o recurso intertextual, ainda que formalmente o mesmo, poderá apresentar nuances em suas diversas perspectivas, quais sejam, funcional, referencial, composicional e constitucional (NOBRE, 2014).

Quanto ao parâmetro referencial, Nobre (2014), evidencia o contínuo explicitude/implicitude, outrora discutido por autores como Koch (2008, 2009 e 2012) e Piègay-Gros (2010). É bastante evidente que, a depender do domínio discursivo, a identificação de recursos intertextuais por marcas tipográficas é mais ou menos necessária (na instância acadêmica, por exemplo, é obrigatória; já na instância artística tal obrigatoriedade é mais maleável). Todavia, parece ser convencionado que, em casos de intertextualidade implícita, a não recuperação do intertexto prejudica a compreensão textual. É mister relativizar tal tipo de afirmação, visto que nem sempre o conhecimento da fonte e do contexto original é indispensável para uma adequada leitura.

Destacam Koch, Bentes e Cavalcante (2008) que:

A intertextualidade será explícita quando, no próprio texto, é feita a menção a fonte do intertexto, isto é, quando um outro texto é citado, é atribuído a outro enunciador; ou seja, quando é reportado como tendo sido dito por outro ou por outros generalizados. (p. 28).

Como podemos perceber, e bem frisamos anteriormente, esse tipo de intertextualidade ocorre constantemente em textos acadêmicos (artigos, resenhas, livros teóricos, dissertações, teses), podendo também ocorrer em

textos jornalísticos, e, até mesmo, em textos literários e publicitários. Vale destacar ainda que, comumente, tal estratégia é utilizada como “recursos à autoridade”, como afirma Koch (2009, p. 146) e Cavalcante (2012, p. 147). Vejamos como a intertextualidade explícita pode aparecer através de uma tirinha:

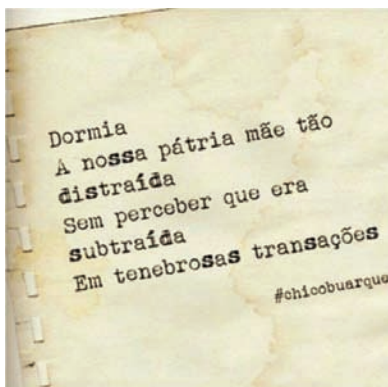
Ilustração 1: Tirinha da Mafalda



(Fonte: <<http://www.revista.vestibular.uerj.br/libspaw2/uploads/images/2015/5/DiscursoMatematicamafalda.png>>. Acesso em 18.08.2015.)

Aqui, há uma citação conforme a qual a Unesco avalia o número estimado de analfabetos adultos no mundo. Dessa forma, temos a citação explícita da fonte, que tem o papel de recurso de autoridade. É conveniente ressaltar que o gênero em questão é de natureza mimética, isto é, representa aspectos do mundo real, de forma que a imagem retrata a personagem lendo um jornal, remetendo consequentemente o leitor ao gênero mais canônico a tal suporte – a notícia – cujo padrão discursivo é o de atestar a autoria do que é dito. Tal fator autentica a ocorrência, não tão comum a tirinhas, da explicitude da fonte do intertexto.

Como já ressaltado, o padrão explícito da intertextualidade encontra-se em textos diversos, vejamos como ele aparece na citação do trecho de uma canção:

Ilustração 2: *Música Vai passar*, de Chico Buarque

(Fonte: <<https://www.instagram.com/p/0YCDAnMlAu/?taken-by=chicobuarque-dehollanda>>. Acesso em: 15.12.2015.)

Ultimamente, tem-se propagado uma prática discursiva na qual, à imitação de epígrafes, citam-se frases célebres de grandes personalidades, como escritores, poetas, filósofos; ou ainda frases polêmicas de estadistas ou artistas da contemporaneidade. Essas frases podem ser veiculadas em suportes distintos, como revistas, jornais e na *web*, por meio de redes sociais, principalmente. Abrigadas e difundidas em suportes virtuais, muitas vezes recebem estilização e geralmente apresentam autoria – embora esta não seja obrigatória. Não raramente, algumas dessas frases apresentam falsa autoria, sendo um caso atípico de intertextualidade explícita. No exemplo (2), temos trecho citado da canção *Vai passar* de Chico Buarque e Francis Hime. O curioso é que a fonte se encontra parcialmente presente, através da indicação do nome de um dos compositores, por meio da expressão *#chicobuarque*. Como em textos desta natureza a formalidade é dispensável, a autoria é expressa por meio da hashtag (#), direcionando assim, no *Instagram*, a imagem para seu autor mais conhecido (Chico Buarque), o que pode justificar a ocultação da coautoria.

Embora em Koch (2008, 2009 e 2012) a questão da implicitude e explicitude surja de forma dicotômica, portanto excludente; Nobre (2014) advoga a referencialidade das relações intertextuais num contínuo, em que não somente marcas tipográficas, mas também o (re)conhecimento comparti-

lhado de referentes entre autor e coenunciador(es) relativizam a polaridade implícito $\times$ explícito. O exemplo a seguir apresenta-se não uma falsa autoria, mas a referência a um autor fictício cujo nome, em conformidade com o aforisma, sofre um processo de deformação, conhecido por *détournement*³. Vejamos:

Ilustração 3: *Détournement* de ‘ser ou não ser, eis a questão’



(Fonte: <https://scontent.cdninstagram.com/hphotos-xaf1/t51.2885-15/s640x640/sh0.08/e35/11326573_1480164782299132_1354992093_n.jpg>. Acesso em: 15.12.2015.)

Temos, nessa imagem, a intertextualidade explícita na estrutura de um *détournement*, com o objetivo de gerar humor. No cartum, constatamos a alteração do trecho citado, que, entretanto, remete ao trecho original (“Ser ou não ser, eis a questão”). Esse trecho ganha ênfase com a citação de uma fonte fictícia (Sebosinho Shakespeare), que remete ao autor original (Shakespeare).

Bentes; Cavalcante; Koch (2008) definem ainda a intertextualidade implícita, sendo essa mais “complexa” que a intertextualidade explícita. De acordo com as autoras:

Tem-se a intertextualidade implícita quando se introduz, no próprio

3 De acordo com Grésillon e Maingueneau (1984, p.114) *apud* Bentes; Cavalcante; Koch (2008, p.45) “o *détournement* consiste em produzir um enunciado que possui as marcas linguísticas de um enunciado proverbial, mas que não pertence ao estoque dos provérbios conhecidos”.

texto, intertexto alheio, sem qualquer menção explícita da fonte, com o objetivo quer de seguir-lhe a orientação argumentativa, quer de contraditá-lo, colocá-lo em questão, de ridicularizá-lo ou argumentar em sentido contrário. (p. 30).

A complexidade desse tipo de intertextualidade é fundamentada sobre a afirmação de que quando o autor não cita a fonte do intertexto, este espera que o leitor/ouvinte recupere o texto fonte na memória e, caso isso não aconteça, a interpretação do texto lido ocorre de forma deficitária.

Em se tratando de intertextualidade implícita, o que ocorre, de maneira geral, é que o produtor do texto espera que o leitor/ouvinte seja capaz de reconhecer a presença do intertexto, pela ativação do texto-fonte em sua memória discursiva, visto que, se tal não ocorrer, estará prejudicando a construção do sentido. (KOCH, 2009, p. 146).

Entretanto, como já buscamos constatar aqui, tal constatação não é unânime a todo gênero textual/discursivo. Em anúncios publicitários, por exemplo, a recuperação da fonte pelo leitor/ouvinte torna-se mais necessária, visto que o objetivo dessa é vender/anunciar um produto e, caso a recuperação do texto-fonte não ocorra, tal objetivo não será alcançado. Vejamos:

Ilustração 4: Anúncio dos produtos *Tigre*



(Fonte: <<http://quadra.com.br/noticias-2/>>. Acesso em: 03.08.2015.)

Aqui temos um *folder* cujo objetivo é fazer o anúncio dos produtos *Tigre*, empresa que vende materiais para a construção civil. Percebemos que o slogan da empresa (é Tigre pra toda obra) é um intertexto implícito de um jargão popular “é pau pra toda obra”. Isso ocorre, pois, a facilidade de recuperação do intertexto pelo leitor é maior. Dessa forma, nesse caso, provavelmente o produtor se utilizou do intertexto na forma implícita, pois considerou que ele não prejudicaria o propósito maior do gênero em que está inserido (vender produtos), pois permite a recuperação da fonte pelo leitor sem muitas dificuldades.

No discurso artístico, todavia, temos uma gama de possibilidades quanto à compreensão dos textos. Muitas vezes, há recursos intertextuais diluídos em textos literários e em composições de cunho artístico de forma que a não percepção de tais alusões não invalidam a construção do sentido dos textos, antes permite que o leitor explore as possibilidades de significados validadas pela ambivalência peculiar a esses textos. Assim, destacamos que há gêneros textuais com maior necessidade de recuperação da fonte, no sentido de que estas são imprescindíveis ao significado do texto, ao passo que noutros textos a eventual não recuperação da fonte não anula a compreensão do texto.

Vale ressaltar a peculiaridade do discurso literário-musical, cuja recuperação do intertexto está ligada a fatores como o conhecimento do estilo de escrita do autor que produziu o texto; o conhecimento do período histórico em que o texto foi produzido; e as marcações, no texto em questão, deixadas pelo produtor para indicar o intertexto (entre outras questões). Visto isso, podemos analisar com maior propriedade a recuperação do intertexto em tal gênero. Dessa forma, pontuamos que enquanto há casos em que a relação intertextual implícita obedece a funções meramente ornamentais (FORTE, 2013), em outras há, de fato de forma mais imediata, a necessidade de se recuperar do intertexto para uma compreensão adequada. Analisemos:

Ilustração 5: Relações intertextuais entre *Via láctea* e *Divina comédia humana*

Via láctea – Olavo Bilac

“Ora (direis) ouvir estrelas! Certo/
Perdeste o senso!” E eu vos direi, no
entanto, / Que, para ouvi-las, muitas
vezes desperto/ E abro as janelas, pálido
de espanto...
[...]

Divina comédia humana – Belchior

Eu quero gozar no seu céu, pode ser no seu
inferno/ Viver a divina comédia humana
onde nada é eterno/ Ora direis, ouvir estrelas,
certo perdeste o senso/ Eu vos direi no entan-
to: Enquanto houver espaço, corpo e tempo e
algum modo de dizer não /Eu canto.

Temos aqui um trecho do poema *Via Láctea* de Olavo Bilac que foi usado como intertexto na canção *Divina comédia* humana de Belchior. Entretanto, considerando a canção como gênero oral, há a necessidade imediata de recuperação da fonte do texto “original” de onde foi retirado o intertexto? A não recuperação do texto-fonte torna deficitária a interpretação da canção de Belchior? A nosso ver, não, a recuperação da fonte, em primeira instância, não prejudica a compreensão do leitor/ouvinte, que buscará atribuir significado à canção à revelia do conhecimento prévio do poema. Em certos casos, tal relação é percebida só por ouvintes/leitores com maior conhecimento de músicas e literatura. Obviamente o conhecimento prévio dos vários intertextos que compõem por copresença a canção permite uma compreensão mais aprofundada do texto de Belchior.

Outros casos, em que a pretensa dicotomia implicitude $\times$ explicitude pode ser relativizada é quando a relação intertextual se trata, no dizer de Nobre (2014), de uma relação ampla, ou seja, em que a relação ocorre entre um texto específico e vários – daí a impossibilidade em precisar as fontes intertextuais. A charge, por exemplo, é um gênero comumente produzido a partir de um fato relevante – o qual desencadeia uma série de outras práticas textuais da instância jornalística, como notícias, reportagens, editoriais, debates, cartas de leitor, etc. com os quais guarda relações intertextuais mais difusas, porém inegáveis.

Em discursos políticos, observa-se recorrência tanto de uso de recursos intertextuais explícitos (em menor grau) quanto implícitos (em maior grau). Quanto a este menor grau de explicitude, verifica-se que a recuperação da fonte pelo leitor/ouvinte é menos necessária que em domínios discursivos outros visto ser este um recurso utilizado pelo produtor para orientar a interpretação do público. Sobre esse discurso, especificamente, nos debruçaremos no tópico a seguir.

A partir das questões apontadas nesse tópico, podemos dizer que a necessidade de recuperação da fonte pelo leitor/ouvinte, a depender da ocorrência, poderá prejudicar ou não a interpretação do texto em que se insere o intertexto (o que contradiz a afirmação de Koch), não podendo, assim, ser tomada como uma regra. O nível de maior ou menor necessidade de recuperação da fonte pelo leitor/ouvinte se dá de acordo com gênero textual/discursivo em que o intertexto implícito está inserido. Vejamos as relações implícitas e explícitas no discurso político.

4. Explicitude e implicitude das relações intertextuais no discurso político

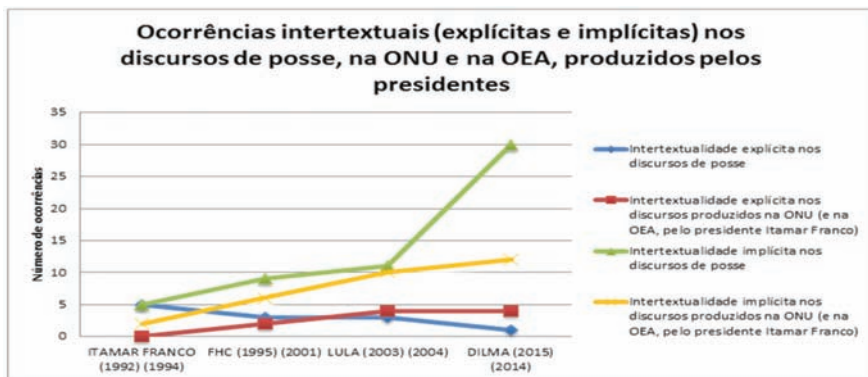
Como já apontado, de acordo com Koch (2008, 2009 e 2012) e outros autores, o produtor de um texto espera, ao se utilizar da intertextualidade implícita, que o leitor/ouvinte recupere as fontes do intertexto na memória; caso tal recuperação não ocorra, a compreensão do texto em que o intertexto foi inserido pode ser prejudicada. Entretanto, precisamos considerar a recuperação do intertexto observando a aplicação das diversas formas de se inserir formalmente um texto no outro, juntamente com a diversidade de gêneros textuais/discursivos em que esses textos e intertextos podem estar inseridos.

Para essa análise foram recolhidos discursos políticos produzidos, principalmente, pelos quatro últimos presidentes da república. Os exemplos que aqui serão apresentados foram retirados dos discursos de posse (Itamar Franco [1992], FHC [1995], Lula [2003] e Dilma [2015]) e dos discursos produzidos na assembleia da ONU (FHC [2001], Lula [2004] e Dilma [2014]); com exceção dos discursos de Itamar Franco, que utilizamos o discurso de posse e o discurso produzido na sessão de abertura do 24º Período Ordinário de Sessões da Assembleia Geral da OEA em 1994.

Pudemos observar que a intertextualidade quando usada como recurso na construção do discurso político atua de forma complementar à afirmação de Koch (2008, 2009 e 2012). Geralmente, a forma explícita é produzida em discursos em que os leitores/ouvintes são pares dos produtores, ou seja, outros políticos, ou personalidades notoriamente envolvidas com a política; já a intertextualidade implícita pode ser encontrada com mais recorrência em discursos produzidos para as massas, ou seja, em discursos em que a maioria dos leitores/ouvintes são, de certa forma, “leigos” quanto ao discurso produzido; a maioria, nesse caso, não é formada por políticos, mas sim pela massa populacional. É o que podemos observar ao mapearmos o número de ocorrência de tais tipos de intertextualidade; percebemos que houve, dentre os discursos analisados, um crescimento da intertextualidade explícita nos discursos produzidos na ONU (onde a maior parte do público ouvinte/leitor do discurso produzido tem envolvimento político), enquanto nos de posse (cujos ouvintes/leitores pertencem, em sua maioria, a massa populacional) houve baixa recorrência; já a intertextualidade implícita mostra-se

com maior frequência em discursos de posse, principalmente na atualidade; dessa forma, tem-se o seguinte gráfico:

Ocorrências intertextuais nos discursos dos presidentes.



(Fonte: elaboração própria.)

Quanto às informações disponíveis em tais formas de intertextualidade, podemos constatar usos variados: intertextos alheios, geralmente literários; intertextualidade própria, ou seja, de um texto produzido por si; e intertexto de enunciadores genéricos, isto é, de textos cujas fontes podem ser facilmente recuperadas pelos leitores/ouvintes, como passagens religiosas e ditos populares. É o que ocorre nas seguintes passagens, em que se observa a explicitude da fonte do intertexto como recurso de autoridade para o que vem sendo afirmado:

Exemplos de intertextos explícitos no discurso político.

“Joaquim Nabuco, o grande propagandista do abolicionismo, pensava em si mesmo e em seus companheiros como titulares de um ‘mandato da raça negra’ [...]”	“Reitero o que disse, no ano passado na abertura do Debate Geral. É indispensável e urgente retomar o dinamismo da economia global.”	“Haveremos de encontrá-la nas sábias palavras do profeta Isaías: ‘A paz só virá como fruto da Justiça.’”
--	--	--

Discurso produzido por FHC na sua cerimônia de posse, em 1995.	Discurso produzido por Dilma na 69ª Assembleia Geral da ONU, em 2014.	Discurso produzido por Lula na LIX Assembleia Geral da ONU, em 2004.
--	---	--

Nessas citações, a intertextualidade aparece, respectivamente: através da citação de palavras-chave retiradas do discurso do produtor do intertexto utilizado, por meio da menção (citação 1), autotextualidade, ou intertextualidade própria, por meio de adaptação, (citação 2), e citação direta, por meio de reprodução (citação 3). A primeira diz respeito a utilização de um intertexto através de menção, ou seja “a **menção** a textos previamente produzidos por meio de expressões-chave que possibilitem a recuperação do texto-fonte” (NOBRE, 2014, p. 9); a segunda diz respeito a construção de um intertexto retirado do discurso do próprio produtor do texto em que o intertexto está inserido, para isso o produtor utiliza-se da adaptação, ou seja “a **adaptação** do texto fonte por meio de recursos diversos (acréscimos, supressões, etc.)” (NOBRE, 2014, p. 9); e a terceira diz respeito a utilização de citação direta, por meio de reprodução, ou seja “a **reprodução** exata de trechos de um texto fonte” (NOBRE, 2014, p. 9).

Já na intertextualidade implícita, encontraremos, com maior recorrência, dados estatísticos relacionados, geralmente, ao próprio governo da personalidade que está discursando ou de seu partido; e também a acontecimentos contemporâneos ao momento do discurso, que têm relevância social, política e econômica, mas que não apontam para uma fonte específica, como nos exemplos a seguir:

Exemplos de intertextos implícitos no discurso político.

“A taxa real de juros, paga para refinarçar a dívida pública mobiliária federal, ou seja, para rolar os títulos em poder da rede bancária, era, até recentemente, de dois vírgula dois por cento ao mês, ou de quase trinta por cento ao ano.”	“A Carta das Nações Unidas reconhece aos Estados membros o direito de agir em auto-defesa.”	“Resgatamos 36 milhões da extrema pobreza e 22 milhões apenas em meu primeiro governo.”
--	---	---

Discurso produzido por Itamar Franco na sua cerimônia de posse, em 1992.	Discurso produzido por FHC, na 56ª Assembleia Geral da ONU, em 2001.	Discurso produzido por Dilma, na sua cerimônia de posse, em 2015.
--	--	---

No que diz respeito à necessidade de recuperação da fonte ao ser utilizada a intertextualidade implícita, pudemos notar que, diferentemente do afirmado por Koch (2008, 2009 e 2012), não há prejuízo para a compreensão do intertexto, visto que, o objetivo do produtor, em alguns casos, é que o leitor/ouvinte não a recupere. Dessa forma, o produtor adere ao seu discurso maior domínio sobre o intertexto utilizado, o que acarreta certo distanciamento do público leitor/ouvinte.

Essa não necessidade de recuperação da fonte do intertexto implícito que nos deparamos no discurso político proporciona aos produtores, muitas vezes, a possibilidade de criação de intertextos “fictícios”, isto é, em que se manipulam as informações fornecidas (ocultando pormenores, enaltecendo outros, etc.). Ao se criar tal tipo de intertexto, o produtor distancia-se do intertexto utilizado, pois aparenta não ter domínio sobre ele. Com isso, criam-se verdades ou falsidades que têm como intuito a manipulação do público leitor/ouvinte.

5. Considerações finais

Consideramos que os estudos em torno da intertextualidade se encontram cada vez mais avançados, e assim mais importantes, principalmente, como objetos de estudos da linguística textual. A intertextualidade, tendo como base os estudos já realizados até aqui, pela Linguística Textual, pela Crítica Literária e pela Análise do Discurso, não pode ser confundida com *dialogismo*, *polifonia*, *interdiscursividade*, *heterogeneidade discursiva*, ou mesmo com conhecimento de mundo. A intertextualidade não é constitutiva do discurso, ela é um recurso textual/discursivo e deve ser analisada como tal.

Pudemos observar, ao longo do artigo, que Koch afirma que a intertextualidade explícita é caracterizada pela apresentação da fonte do intertexto por parte do produtor do texto/discurso, e que a intertextualidade implícita é caracterizada pela não apresentação da fonte pelo

produtor, de modo que o leitor/ouvinte recupere a fonte na memória. Todavia, as formas de intertextualidade devem ser observadas tendo em vista suas diversas possibilidades de se encontrarem presentes no texto, bem como os diversos tipos de gêneros textuais/discursivos em que os textos se atualizam. Dessa forma, podemos constatar que, quanto à não apresentação da fonte pelo produtor e quanto à recuperação ou não da fonte pelo leitor/ouvinte, temos discursos com maior ou menor imprescindibilidade de recuperação da fonte.

Ao nos debruçarmos sobre as funções das intertextualidades explícita e implícita no discurso político, observamos que, principalmente quanto à intertextualidade implícita, as constatações apontam para a necessidade de maiores investigações. Tal questão é pertinente pois, como apontamos ao longo deste trabalho, a recuperação da fonte do intertexto pelo leitor/ouvinte no discurso político pode ou não prejudicar a compreensão do texto em que está inserido.

REFERÊNCIAS

CAVALCANTE, M. M. *Os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto, 2012.

FORTE, J. S. M. *Funções textual-discursivas de processos intertextuais*. 2013. 127 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de pós-graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

GENETTE, G. *Palimpsestos: a literatura de segunda mão*. Extratos traduzidos por Cibele Braga; Erika Viviane Costa Vieira; Luciene Guimarães; Maria Antônia Ramos Coutinho; Mariana Mendes Arruda; Mirian Vieira. Belo Horizonte: Viva Voz, 2010.

KOCH, I. G. V. *Introdução à linguística textual: trajetória e grandes temas*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

_____. *Ler e compreender os sentidos do texto*. São Paulo: Contexto: 2012.

_____; BENTES, A. C.; CAVALCANTE, M. M. *Intertextualidade: diálogos possíveis*. São Paulo: Cortez, 2008.

NOBRE, K. C. *Critérios classificatórios para processos intertextuais*. 2014. 128f. Tese (doutorado em linguística). Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2014.

PIÈGAY-GROS, Nathalie. *Introduction à l'intertextualité*. Paris: Dunod, 1996. Traduzido por Mônica Magalhães Cavalcante; Mônica Maria Feitosa Braga Gentil; Vicência Maria Freitas Jaguaribe. São Paulo: Interseções, 2010, pp. 220 – 244.

SAMOYAUULT, T. *A intertextualidade*. Traduzido por Sandra Nitrini. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.